



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

A CRIAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

LAURA SEQUERRA
DRE: 102013199
Email: lauraseq@gmail.com

Orientador: Fabio Sá Earp
Email: fsaearp@gmail.com

Dezembro/2011

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

ÍNDICE

Resumo.....	4
Introdução.....	5
Capítulo 1 - Bretton Woods e o cenário internacional pós-guerra.....	10
Capítulo 2 – Reflexos do novo sistema monetário internacional no Brasil e a criação da SUMOC.....	14
Capítulo 3 – O Brasil antes do BACEN: conflitos de interesses entre as autoridades monetárias brasileiras com a criação da SUMOC.....	25
Capítulo 4 – O golpe de 1964, a criação do Banco Central e a Reforma bancária de 1967.....	30
Conclusão – O Banco Central do Brasil e a nova ordem econômica internacional.....	40
Bibliografia	48

RESUMO

Esse texto procura expressar o relacionamento causal e histórico entre a criação do Sistema de Bretton Woods e a necessidade brasileira de criação da Superintendência de Moeda e Crédito – SUMOC, em 1945, que foi o embrião da futura criação do Banco Central do Brasil, em 1964, praticamente 20 anos decorridos. Estruturado o sistema econômico mundial no pós-guerra, sob a égide e dominação dos Estados Unidos, e sob a hegemonia do dólar, as nações periféricas, como o Brasil, procuraram se adaptar às injunções dessa hegemonia e ao predomínio ideológico do neoliberalismo. Sob o olhar conflitivo das classes dominantes, nosso Banco Central foi fruto do debate intenso de intelectuais, produtores dos setores agroexportadores e industriais, além das próprias autoridades das agências estatais envolvidas, tais como o Tesouro Nacional, o Banco do Brasil e a própria SUMOC, traduzindo o caráter híbrido, ora independente, ora subordinado, da criação de nosso Banco Central.

INTRODUÇÃO

Banco Central, definições, funções e objetivos.

As questões relativas à criação, funções e independência dos bancos centrais vêm ocupando as reflexões de diversas escolas econômicas, que jamais chegaram em seus debates a um consenso universal, como observa BASTIAN (2004):

“... o objetivo dos bancos centrais variou ao longo do tempo e dependeu dos desafios que o contexto histórico impôs e da forma como as sociedades enxergaram esses desafios. Assim, o objetivo foi, ora o crescimento econômico, ora a estabilidade de preços e, como as correntes teóricas enfatizaram ou um ou outro, nenhuma conseguiu uma definição precisa. (...) Nesse contexto, de forma resumida, observou-se que as teorias enfatizam ou crescimento econômico ou estabilidade de preços quando a questão é o objetivo dos bancos centrais e, por sua vez, defendem a independência, interdependência ou uso de regras quando o assunto é a operacionalidade dos bancos centrais. No entanto, a História do Fed, do Banco da Inglaterra e dos bancos centrais alemães no período entre 1914 e o final dos anos 1990 ensinou que os objetivos e a estrutura operacional dos bancos centrais variaram conforme o país e conforme o contexto. Assim, concluiu-se que a autoridade monetária é uma instituição histórico específica e geográfica específica e que, dentro de uma perspectiva positiva, nenhuma teoria fornece uma visão completamente universal de como são os bancos centrais.”¹

Se procurarmos, no entanto, uma definição segura e aristotélica sobre o que é um banco central, nada como nos reportarmos a documentos oficiais, que procuram explicações incontroversas, como a que assinalamos abaixo:

“Segundo o Banco de Pagamentos Internacionais (Bank for International Settlements – BIS), banco central é a instituição de um país à qual se tenha confiado o dever de regular o volume de dinheiro e de crédito da economia. Essa atribuição dos bancos centrais geralmente está associada ao objetivo de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional. Além disso, a

¹ Cf. BASTIAN, Eduardo Figueiredo. *Bancos Centrais: Teoria e História*, pp. 19 e 101, Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004.

*maior parte dos bancos centrais também tem como missão promover a eficiência e o desenvolvimento do sistema financeiro de um país. Um banco central, em geral, desempenha as seguintes funções: a) monopólio de emissão; b) banqueiro do governo; c) banco dos bancos; d) supervisor do sistema financeiro; e) executor da política monetária; e f) executor da política cambial e depositário das reservas internacionais.”*²

Conforme GOMES (1962), por sua vez, a função primordial de um banco central é assegurar a estabilidade da moeda, para o que deverá controlar o crédito. Não seria de sua natureza aceitar riscos comerciais diretos, ou fornecer fundos para a aplicação a prazo longo. Redescontam esses bancos, entretanto, papéis comerciais de absoluta segurança, mediante taxas módicas que permitam lucros razoáveis aos bancos portadores, podendo estes assim empregar todos os recursos em operações comerciais legítimas.³

De acordo com RIBEIRO (1990), em depoimento informal, é demonstrada a singularidade de existência e funções de um banco central:

“Banco Central é uma instituição sui generis. O Banco Central não pode ser, prestamista de última instância, depositário das reservas do sistema bancário, e usar as reservas para emprestar e competir. Ele não pode inspecionar – fechar banco, abrir, fechar, autorizar..., conhecer os segredos – e ao mesmo tempo ser um banco misto que vai disputar cartão de crédito na Cinelândia. Não pode: a concepção sui generis do Banco Central, consagrada internacionalmente – eu digo: isso não sai de moda... “Não, você está com um banco clássico, de cem anos atrás.” Isso não sai de moda. A essência do Banco Central – monopólio emissor, depositário das reservas bancárias, responsabilidade prestamista de última instância do sistema financeiro... Ele não deixa quebrar o sistema

² Cf. “Funções do Banco Central”, in Banco Central do Brasil, Diretoria de Política Econômica, atualizado em novembro de 2009, disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ11-Fun%C3%A7%C3%B5es%20do%20Banco%20Central%20do%20Brasil.pdf>, acessado em dezembro de 2011.

³ Cf. GOMES, Luiz Souza. *Dicionário Econômico e Financeiro*, p. 24, 7ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

*financeiro; ele é responsável por isto. Não para dar dinheiro para patife, não. Para atender o sistema como um todo. Salvar os bons. Não salvar os patifes.”*⁴

O banco central é uma instituição de configuração relativamente recente, tendo surgido na maior parte dos países industrializados no final do século XIX ou na primeira metade do século XX. As origens dos primeiros bancos centrais, entretanto, são mais remotas. Seu desenvolvimento foi gradual, como resposta à instabilidade dos incipientes sistemas financeiros europeus dos séculos XVI, XVII e XVIII. Em distintos países europeus, a prática bancária foi concentrando certas funções, fundamentalmente a partir do direito de emissão, em instituições privadas que, de fato, começaram a assumir contornos de bancos centrais. Estes foram se consolidando com a absorção das funções de banqueiro do estado, de depositário das reservas de outros bancos e de prestamista de última instância às instituições financeiras.⁵

Os primeiros bancos estatais de que se têm notícias foram o Banco de Amsterdã, fundado em 1609 por particulares, mas com garantia daquela municipalidade, e o Riksbank, fundado na Suécia, em 1656, que se caracterizou por funções de caráter comercial. Mas é a evolução do Banco da Inglaterra, fundado em 1694, inicialmente como instituição privada, que melhor permite discernir o processo de formação dos bancos centrais modernos, pois foi a primeira instituição a agrupar de forma mais clara as funções de um banco central.⁶

Tal caráter de sintonia sistêmica, como se fosse um verdadeiro ordenador da economia capitalista, fez com que muitos autores, de ascendência marxista ou proto-marxista, ousassem afirmar que a instituição seria uma superestrutura eminentemente burguesa, cuja única intenção seria evitar as inevitáveis crises do capitalismo injusto.

Segundo BASTIAN (2004), refletindo sobre a origem dos bancos centrais, ressalta que os seus objetivos eram limitados e não contemplavam o controle inflacionário como um de seus objetivos consolidadores:

“Os primeiros bancos centrais de que se tem notícia foram criados na Europa no século XVII e o motivo principal para o seu surgimento foi o financiamento

⁴ Cf. RIBEIRO, Casimiro Antonio. *Casimiro Ribeiro II (depoimento, 1989)*. Rio de Janeiro, CPDOC. BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1990. 97 p. dat.

⁵ Cf. “Funções do Banco Central”, op.cit.

⁶ Ibid.

*do Tesouro e não, a defesa da estabilidade da moeda. A constatação que a autoridade monetária não surgiu com o intuito de preservar a estabilidade de preços deve, certamente, surpreender a maior parte dos economistas. No entanto, a reflexão sobre esse fato leva rapidamente a uma explicação: a inflação não devia ser um problema muito preocupante naquela época. A resposta certa é basicamente essa.”*⁷

Essa tendência refletiu-se, como informa o autor, a criação dos principais bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa:

*“O Federal Reserve (Fed, doravante) foi criado em 1913 e passou a operar em 1914, ano do início da Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, o Fed surgiu em um momento inoportuno, pois o mundo para o qual ele foi pensado rapidamente deixou de existir. (...) Assim, quando os Estados Unidos entraram na guerra em 1917, o Fed se colocou contra as baixas taxas de juros que o Tesouro cobrava por empréstimos e pelos seus títulos e, o montante da dívida que o Tesouro queria que fosse financiada, mas, a despeito disso, teve que aceitar essas medidas.”*⁸

É similar a criação do banco central inglês, de origem privatista, tentando fixar-se como instância reguladora de forma tímida a princípio:

*“Por volta de 1914, o Banco da Inglaterra – apesar de não ser um banco nacional – preenchia já características de bancos centrais: não tinha a obtenção de lucro como seu objetivo e já havia conseguido estabelecer controle sobre o sistema monetário. A orientação do Banco da Inglaterra, nessa época, era muito clara: preservar a conversibilidade da moeda a uma taxa fixa e, somente em emergência, financiar o Tesouro. (...) O primeiro aspecto importante a destacar a respeito da política monetária inglesa no pós-guerra foi a nacionalização do Banco da Inglaterra a partir de uma lei assinada em 1946.”*⁹

⁷ Cf. BASTIAN (2004), p. 99

⁸ Cf. BASTIAN (2004), p. 20.

⁹ Ibid., pp. 30 e 32.

O que o autor considera importante é que os objetivos dos bancos centrais europeus variavam de acordo com o contexto histórico apresentado e as variáveis econômicas a serem enfrentadas, não configurando um quadro institucional fixo:

*“... os bancos centrais não tiveram sempre o mesmo objetivo, de forma que é falacioso afirmar que existe um objetivo intrínseco e natural às autoridades monetárias. O que se percebe é que os bancos alternaram objetivos dependendo do contexto histórico. Mais precisamente, os objetivos foram estabelecidos em função dos desafios que cada momento histórico impôs. Dessa forma, é possível argumentar que os objetivos dos bancos centrais assumem, em grande medida, um caráter histórico específico.”*¹⁰

Enfim, um banco central é uma instituição ligada ou independente do Estado, onde se situa com objetivo de regular o mercado financeiro e a economia do país. Os bancos centrais também são o depositante do governo federal, podendo-se dizer que são os banqueiros dos seus governos, emitindo moeda e controlando a política monetária e cambial. Também cumprem a função de “Banco dos bancos”, sendo depositários dos bancos de um país (além de regularem sua atuação).¹¹.

O trabalho está dividido em quatro partes. No primeiro capítulo observa-se o cenário mundial ao fim da segunda guerra mundial, a conferência de Bretton Woods e o surgimento de uma nova potência no mercado mundial, os Estados Unidos. No segundo capítulo observam-se os impactos deste novo cenário no Brasil, a SUMOC, Superintendência de Moeda e Crédito surgindo como embrião do banco central e as políticas adotadas ao longo dos Governos nos períodos de existência deste órgão. O capítulo três é focado na luta entre autoridades e forças econômicas em torno da necessidade de formação de um legítimo banco central. Já o capítulo quatro, dá continuidade ao surgimento do banco central, a mediada que discorre sobre golpe de 1964, a criação do mesmo e a Reforma bancária de 1967 e suas consequências.

¹⁰ Ibid., p. 48.

¹¹ Cf. <http://www.renatrader.com.br/blog/investimentos/o-que-e-e-qual-a-importancia-de-um-banco-central/>

CAPÍTULO 1 – Bretton Woods e o cenário internacional pós-guerra

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, sendo visualizado um cenário de nova correlação de forças políticas e econômicas, com o tão destacado protagonismo norte-americano e sua evidente capacidade imperial de intervenção, estabeleceu-se a necessidade de reestruturação da economia mundial, criando-se um sistema mais dinâmico de relações de trocas comerciais e a procura do estabelecimento de um padrão monetário mais racional, até então baseado na libra e no ouro, considerado ineficiente para representar o novo panorama que então predominava com a aproximação do término do conflito mundial. Na Conferência de Bretton Woods, realizada nos Estados Unidos, em julho de 1944, foram ultimadas essas tentativas de reorganização financeira internacional, quebrando-se uma ordem que não permitia maior flexibilidade nas trocas comerciais entre países, que passariam a focar como legítima certa sessão de suas soberanias na formulação de políticas domésticas, num ambiente, como o dos anos 40 e 50, ainda marcados por febril e irracional nacionalismo. Segundo CARVALHO (2004):

*“Buscava-se, assim, definir regras comuns de comportamento para os países participantes que, se poderiam por um lado contribuir para que eles atingissem níveis sustentados de prosperidade econômica como nunca havia sido possível antes, exigiriam, por outro lado, que abrissem mão de pelo menos parte da sua soberania na tomada de decisões sobre políticas domésticas, subordinando-as ao objetivo comum de conquista da estabilidade macroeconômica.”*¹²

A Conferência teve seu debate focado em duas propostas, a britânica, preparada por J. Maynard Keynes, e a norte-americana, levada por Harry Dexter White, ambas convergindo em dois pontos: a aversão à crise, com o medo de que uma nova onda de depressão econômica, como a dos anos 30 tomasse conta do cenário mundial e que ações isoladas de cada país pudessem não ser eficientes e pudessem conduzir a novas guerras (em 1931, Keynes afirmou que o mundo jamais seria próspero sem uma recuperação do comércio norte-americano (cf. MOFFIT, 1984). E o segundo ponto: a esperança de que a reconstrução das relações da comunidade internacional levasse também à prosperidade e ao pleno emprego, que passou a ser a meta perseguida para os

¹² Cf. CARVALHO, Fernando J. Cardim. “Bretton Woods aos 60 anos”, p. 8.

países ocupados na reconstrução, que viria a seguir, inclusive com o Plano Marshall (1948).

White e Keynes concordavam de que era imprescindível que a prosperidade se espalhasse além do solo norte-americano, pois caso contrário, além do medo de uma nova depressão, uma guerra comercial poderia ocorrer. A conferência seria, por conseguinte, uma tentativa de organização para que fossem criadas instituições e regras internacionais estáveis, a fim de atingir tais objetivos. Conforme F. CARDIM e MOFFIT (1984):

*“A agenda de Bretton Woods foi dominada por duas idéias básicas à estruturação da nova economia internacional. A primeira foi que os Estados Unidos assumiriam o papel de potência hegemônica. A economia americana emergiu da Segunda Guerra Mundial muito bem estruturada e preparada para expandir-se. (...) Depois da Segunda Guerra Mundial somente os Estados Unidos possuíam os meios para financiar a reconstrução econômica do mundo; ademais, além do dinheiro, detinham, com a bomba atômica, um poderio militar incontestável.”*¹³

Keynes também defendia que o padrão-ouro era extremamente caro para a economia mundial, já que ao atrelar a moeda ao ouro, na falta deste ocorreria uma retração monetária que diminuiria o ritmo das transações comerciais e os mecanismos de atração de investimento estrangeiros resultariam no aumento dos juros internos das nações.

O Plano White mostrava-se mais simples, já que a sua maior preocupação era evitar práticas restritivas de comércio que dificultassem o crescimento norte-americano. Este plano previa a criação de uma instituição cujo papel seria duplo. Por um lado, serviria como plataforma de discussão das condições econômicas dos países associados, Tais idéias formaram o embrião do chamado Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (BIRD), que tinham como escopo a preservação em bases estáveis da ordem financeira internacional.

¹³ Cf. *O Dinheiro no Mundo - de Bretton Woods à beira da insolvência* – Michael Moffit; 1984, p. 15.

*“Vale notar que, tanto no Plano Keynes, quanto no Plano White, ainda que com mais intensidade no primeiro, estava prevista a adoção de controles de capital para tratar de crises de balanço de pagamentos causadas por fugas de capitais. Keynes insistiu na necessidade desses controles, a partir de uma visão de que algumas classes de capitais instabilizam a economia internacional e as economias domésticas sem oferecer nenhum benefício em troca. O plano americano, por sua vez, estava voltado para manter o comércio externo funcionando, não fluxos de capitais. A linguagem do Plano Keynes era mais forte do que a contida no Plano White, mas ambos convergiam para a recomendação de controles de capitais.”*¹⁴

Segundo CARVALHO (2004), o Plano White tornou-se a típica solução de Bretton Woods, colocando o dólar americano como equivalente ao ouro e o Tesouro americano como o maior fiador desse novo padrão, fazendo a promessa de fixar o valor do dólar em US\$34 por onça de ouro. E a fim de assegurar a estabilidade monetária, várias moedas teriam taxas de câmbio também estabelecidas pelo que fora decidido em Bretton Woods.

O Fundo Monetário Nacional (FMI) ficou com a tarefa de policiar o comércio e as práticas monetárias dos países membros, e também lhe caberia aprovar mudanças nas taxas de câmbio, como forma de evitar novas guerras cambiais. Segundo MOFFIT (1984), a singular característica dos arranjos de Bretton Woods era possibilitar acesso automático a créditos, que proporcionariam aos países certo tempo para se ajustarem às dificuldades econômicas do pós-guerra. Em 1946, o FMI e o Banco Mundial iniciaram suas atividades, este último sendo criado para facilitar a reconstrução dos países europeus, como instituição de fomento das nações européias, a partir do fim dos anos 40.

De acordo com EICHENGREEN (2000), mesmo após três décadas após sua extinção, os acordos de Bretton Woods permanecem um enigma porque, se por um lado, alguns estudiosos acreditam que eles proporcionaram um grau de estabilidade

¹⁴ Cf. CARVALHO, Fernando J. Cardim. “Bretton Woods aos 60 anos”, p. 9.

admirável nas taxas de câmbio, permitindo a expansão do comércio e investimento internacionais no pós-guerra, outros, por sua vez, assinalam que os acordos foram bem sucedidos em razão do desenvolvimento acelerado, embora os governos tenham restringido os movimentos de capital internacionais durante os anos em que eles vigoraram.¹⁵

Segundo o mesmo autor, o câmbio tornou-se ajustável, como instrumento para eliminação de déficits nos balanços de pagamentos, uma alternativa às políticas deflacionárias dos bancos centrais, que haviam corrigido tais déficits no cenário do padrão ouro entre guerras, o que já não era politicamente aceitável. Além disso, os objetivos de reduzir o desemprego e estimular o crescimento implicavam em fazer as economias funcionarem sob elevadas pressões de demanda.

No entanto, os controles sobre as transações na conta de capital, embora tenham permanecido em teoria, não asseguraram a possibilidade de ajuste do sistema monetário internacional, o que assegurou o colapso dos acordos de Bretton Woods¹⁶. Embora os planos de Keynes e White tenham sido refinados e submetidos a diversas modificações, o Reino Unido e os Estados Unidos divergiram sobre os montantes de direitos de saque entre as nações, bem como sobre a intencionalidade do sistema que, para os norte-americanos deveria ser o comércio internacional livre e para os ingleses a possibilidade de investimentos, sob a aprovação de cláusulas de escassez de divisas.¹⁷

O autor considerou extremamente ingênua a possibilidade de tal sistema funcionar, porque, *“assim como haviam feito no cenário do padrão ouro, governos e bancos centrais complementaram suas reservas de ouro com divisas estrangeiras”*, o que denunciava o predomínio dos Estados Unidos no comércio e nas finanças internacionais, mediante seus grandes estoques de ouro, além de decretar na prática uma paridade dólar-ouro válida também para os demais países.¹⁸

¹⁵ Cf. EICHENGREEN, Barry. A Globalização do Capital, Uma História do Sistema Monetário Internacional, p. 131, São Paulo, Editora 34, 2000.

¹⁶ Ibid., p. 134.

¹⁷ Ibid., pp. 135 a 137.

¹⁸ Ibid., p. 158.

CAPÍTULO 2 – Reflexos do novo sistema monetário internacional no Brasil e a criação da SUMOC

No Brasil, o confronto entre as propostas de Keynes e as propostas neoliberais criou o palco onde se desenrolou a trama das mudanças institucionais e funcionais da autoridade monetária nos anos 50. Em 1945, em virtude dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Conferência de Bretton Woods, um sistema fiscalizador começou a ser esboçado no sentido de suprir necessidades apontadas como prioritárias, pelo encontro. Conforme Franco (s.d.):

*“Indiscutivelmente, o Brasil demorou muito mais que qualquer outro país emergente para criar seu banco central. Deveria tê-lo feito nos anos vinte, a exemplo do restante dos países latino-americanos – na Europa, a maior parte dos bancos centrais é do século XVIII e XIX. Este atraso alimentou um viés pró-inflação que viria a degenerar, anos mais tarde, na tragédia hiperinflacionária dos anos 80.”*¹⁹

O Sistema de Banco Central surge como decorrência das mudanças que a economia mundial passava; resultado das propostas norte-americanas adotadas em Bretton Woods. Para fazer parte da nova organização internacional de mercado era necessária a criação de um órgão que pudesse, por exemplo, representar o país junto ao FMI e centralizar a política monetária e cambial. De acordo com MOFFIT (1984, p. 21):

“A solução de Bretton Woods para a desordem monetária era um meio termo entre a adoção de um padrão completo de papel-moeda e um retorno ao padrão-ouro. Em linhas gerais, White dividia com Keynes a crítica ao padrão-ouro. (...) Para assegurar a estabilidade monetária, os acordos de Bretton Woods estabeleceram taxas de cambio fixas entre inúmeras moedas internacionais. Com o propósito de evitar o ressurgimento de guerras

¹⁹ FRANCO, Gustavo H. B.; SUMOC Surge Como Embrião do Banco Central; Artigo publicado na PUC - RIO; Rio de Janeiro; (s.d); p.2. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/Noventa%20anos%20de%20economia.pdf>

monetárias, os países tinham que obter a aprovação do FMI para mudar os valores de suas moedas.”

O governo Dutra, refletindo o cenário de pós-guerra e a reorganização da economia mundial, criou a SUMOC, Superintendência de Moeda e Crédito, através do decreto nº 7.293, de 2 de abril de 1945. Naquele momento vivia-se um cenário de “ilusão de divisas”, ou seja, o Brasil estava em situação confortável em relação às suas reservas internacionais e o governo também se apoiava na idéia de que a nova conjuntura econômica que surgia era regida pelos princípios liberais de Bretton Woods. O governo apoiava-se ainda na pressuposição de que o Brasil seria um dos países-alvo dos novos investimentos norte-americanos de pós a guerra e que, com a captação desses novos recursos, os projetos brasileiros de desenvolvimento seriam dinamizados, o que de fato não ocorreu, visto que a assistência financeira norte-americana se dirigiu primordialmente aos países europeus que ainda sofriam os efeitos do final da 2ª Guerra.

Segundo VIANNA (1989), o governo Dutra identificou a inflação como o maior problema a ser combatido e que esta era resultado de déficits no orçamento público. Marcado pela mudança na política de comércio exterior, que atendia a um dos pressupostos de Bretton Woods, com o fim do mercado de livre câmbio, tornava-se necessário um plano de contingenciamento das importações, marcado pela indicação de uma política econômica que deixasse de ser basicamente contracionista para inaugurar nova fase, mais flexível no âmbito fiscal e monetário. *“O importante é notar que ambos os marcos fazem parte de um mesmo processo de progressiva desmontagem da ilusão liberal que norteou a formação do Governo Dutra.”* (VIANNA, 1989, p.105), que foi aos poucos se esvaindo na medida em que o cenário internacional não se levantou tão rápido quanto o esperado, devido à nova conjuntura internacional que se formava com o início da Guerra Fria (1945).

Com a imposição do dólar como o principal meio de pagamento internacional, foi adotado o regime de cambio fixo, já explicado, gerando sérios problemas para o equilíbrio de nossas contas externas. A adoção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada leva a uma crise cambial no país. Fica claro que a balança comercial seria negativa a partir de 1946:

“O término do conflito mundial afetou também as pautas de exportação e importação do Brasil, com a volta ao mercado dos antigos fornecedores e o início da recuperação econômica. Cai a exportação brasileira de matérias-primas e principalmente, de manufaturas: estas chegaram a representar 20% da pauta em 1945, caindo para 7,5% em 1946 e continuando em queda abrupta até alcançar menos de 1% em 1952. As importações por sua vez, enfrentam não apenas as pressões resultantes da necessidade de reequipamento, como intenso acréscimo de preços, que sobem 75% em 1947 em relação a 1946 (os das exportações sobem 15% no mesmo período)” (cf. Ordem do Progresso, p.110)

Com esta queda nas exportações, as reservas brasileiras em moedas conversíveis ficam bem limitadas – a maioria das reservas correspondia a valores em moeda inconvertível –, em libra ou ouro, que o Governo não pretendia gastar para financiar o déficit gerado pelo dólar. Assim, no início de 1947, o Brasil passou a enfrentar uma crise cambial. Mesmo com a crise, o governo insistiu em manter a taxa de câmbio fixa e sobrevalorizada, complementada pelo controle cambial sobre a venda das divisas. Segundo VIANNA (1989), na instituição do regime de controle de câmbio por cooperação, os bancos autorizados a operar no câmbio foram obrigados a vender ao Banco do Brasil 30% de suas compras de câmbio livre, à taxa oficial de compra. A adoção desta política foi sustentada por três motivos: acesso do governo ao câmbio barato, sustentar o preço do café e como medida de política antiinflacionária.

Os depósitos bancários recolhidos passaram a ser usados como ferramenta para controle da expansão do crédito; o empréstimo entre bancos sob a forma de notas promissórias foi proibido, a taxa de desconto interbancário passou a ser usada também como ferramenta monetária e ao longo desse período a taxa de redesconto foi bastante utilizada pelos bancos comerciais como opção de crédito. Conforme VIANNA (1989), em meio a este cenário de escassez de divisas, o governo Dutra se apoiava na já mencionada “ilusão” de que havia divisas internacionais suficientes, de que o preço do café tendia a uma alta no mercado internacional e acreditava em que a política liberal de câmbio atrairia um fluxo de investimentos estrangeiros, o que solucionaria o grave problema de desequilíbrio no balanço de pagamentos.

“O final do Governo Dutra pode ser caracterizado, portanto, no setor interno, pela retomada do crescimento, do processo inflacionário e pela recorrência do desequilíbrio financeiro do setor público e, no setor externo, pelas expectativas favoráveis decorrentes da elevação dos preços do café e da mudança de atitude do governo norte-americano em relação ao financiamento dos programas de desenvolvimento do Brasil.” (cf. Ordem do Progresso, p. 122)

O segundo governo Vargas foi, sem dúvida, uma tentativa de recuperação da infraestrutura industrial brasileira, prejudicada por interesses norte-americanos muito precisos, inclusive pela política empreendida pelos republicanos recém-eleitos. Os programas de energia e transporte sofreram estrangulamento em virtude de os norte-americanos terem como prioridade a liquidação de atrasados comerciais, atrasando investimentos brasileiros programados. Tal política, inclusive, contrariava o “espírito de Bretton Woods” que, segundo CARVALHO, evidenciava que no pós-guerra:

“... era evidente que a nação que mais teria a lucrar com a liberdade de comércio seriam os Estados Unidos. Barreiras ao comércio, por sua vez, certamente teriam como alvo as exportações americanas. A eventual restauração do sistema de desvalorizações competitivas causaria muito mais danos aos Estados Unidos que a qualquer outro país. A construção de um sistema de pagamentos internacionais teria como meta, do ponto de vista daquele país, eliminar a possibilidade de adoção desse regime cambial.”

Desde então os objetivos brasileiros não foram cumpridos, e a agenda econômica entre os dois países passou a se restringir ao preço teto do café e ao pagamento dos atrasados comerciais. numa política de restrição ao crédito e com a implementação de um novo sistema de controle cambial, conhecido como sistema múltiplo de câmbio. Postulava a fórmula neoliberal de que os orçamentos governamentais deveriam ser equilibrados e as emissões severamente controladas. Haveria boa receptividade para o capital estrangeiro como auxílio para um país carente de capitais. Esperava-se com esta política a correção do déficit do Balanço de Pagamentos de forma a tornar as exportações brasileiras mais acessíveis aos mercados mundiais e mais caras as importações, ao mesmo tempo que, através de taxas de câmbio

diferenciais, não desencorajariam demasiadamente as importações consideradas essenciais à industrialização.

De acordo com Maílson da Nóbrega, as funções atuais exercidas pelos bancos centrais tiveram origem em grande aprendizado histórico, desde quando nasceram os primeiros: o Banco da Suécia (1668), o Banco da Inglaterra (1694) e o Banco da França (1800), sendo que o seu começo centrou-se na administração das finanças públicas:

*“A criação do Banco do Brasil (1808) foi inspirada nessas experiências. Sua missão inicial era suprir moeda divisionária para apoiar o comércio do Rio de Janeiro. Depois, o BB passou a exercer funções de banco central, inibindo o surgimento do BC, que aconteceu somente em 1964.”*²⁰

Outros historiadores apontam outras necessidades para o surgimento do Banco do Brasil:

*“Havia apenas três bancos emissores no mundo - na Suécia, na França e na Inglaterra –, quando o príncipe D. João, recém-chegado ao Brasil, obrigado a deixar repentinamente Portugal, invadido pelas tropas de Napoleão, decidiu criar, em 1808, o Banco do Brasil. As condições, afinal, apontavam para essa necessidade: o processo de mineração entrava em declínio, era grande a escassez de moedas e tanto a intensificação das atividades comerciais, com a abertura dos portos, quanto às despesas com a família real e sua corte exigiam que se aumentasse o numerário existente. O principal objetivo da fundação do Banco, claramente sobressaía não só na prioridade como na insistência com que era destacado na introdução do alvará: proporcionar, com urgência, fundos para a manutenção da cúpula monárquica...”*²¹

Na verdade, as funções de banco central foram exercidas quase que exclusivamente pelo Banco do Brasil, que praticamente centralizava as funções de formulador das políticas econômicas, principalmente antes da criação, em 1945, por exigência do cenário político-econômico surgido após o término da 2ª Guerra Mundial, da Superintendência de Moeda e Crédito – doravante SUMOC, que passou a deter o

²⁰ Cf. NÓBREGA, Maílson. “Banco Central desenvolvimentista”, in Revista Veja, 30/11/2001.

²¹ Cf. História do Banco do Brasil, Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil., pp. 14 e 15, 2. ed. rev. -- Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2010.

poder de emissão, através da Caixa de Amortização que supria de papel moeda, exclusivamente, a Carteira de Redescontos (Cared) e a Carteira de Mobilização Bancária (Camob), visto que essas carteiras eram as únicas que podiam colocar tal haver monetário em circulação. O BB, ainda como autoridade monetária, operava a Cared e a Camob.²²

Como cita OLIVEIRA (1985), reportando-se à história do Banco do Brasil:

*“... as atividades normativas cabiam ao Conselho da Sumoc, as executivas, ao Banco do Brasil, e as de controle e fiscalização à própria Sumoc. Sob esse aspecto, a constituição das autoridades monetárias não revelava maiores incongruências, pois a competência de seus órgãos estava claramente definida”. Na prática, entretanto, a expansão primária dos meios de pagamento era incontrolável em virtude, basicamente, do Banco do Brasil conceder créditos ao Tesouro Nacional, ser guardião das reservas voluntárias e, simultaneamente, funcionar como banco comercial. O Tesouro Nacional carregava junto ao Banco do Brasil um volumoso déficit, enquanto este fornecia subsídios nas operações de crédito ao setor privado. Mas esse déficit aparecia de forma plena, nas contas do Tesouro, e era apoiado na emissão monetária pela via de intrincado mecanismo de financiamento.”*²³

Os déficits constantes gerados pelo Tesouro, por sua vez, gerava empréstimos cobertos por constantes emissões de papel-moeda, o que, para desespero dos monetaristas, gerava aumento da inflação. Assim, o BB seria obrigado a descontar alguns títulos financeiros junto à própria Cared que, por sua vez, contrairia empréstimo com a Caixa de Amortização pelo papel-moeda emitido, pois essa prerrogativa cabia ao Tesouro. Por meio desse complexo mecanismo, o Tesouro Nacional acabava financiando a si próprio. Ao mesmo tempo, além de ser depositário de reservas bancárias, o Banco do Brasil agia como banco comercial, tornando incontrolável a própria emissão primária, porque emprestava inclusive ao Tesouro nacional. No momento do vencimento dos contratos de dívida, era de esperar que o papel moeda adicional fosse recolhido. Mas, na prática, isso nunca acontecia, pois o BB deixava de

²² Cf. Banco do Brasil: 200 anos – 1964-2008. / Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil. – Livro 2. -- Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2010.

²³ Cf. OLIVEIRA, Fábio Villares de. *O Banco do Brasil no ciclo recente: 1964-1979*. SP, Dissertação de Mestrado pelo IEUNICAMP, 1985, apud. Banco do Brasil: 200 anos – 1964-2008, Vol. 2, p. 25, ibid.

saldar seus compromissos junto à Cared. Quando a Carteira de Redescontos atingia o limite legal de suas operações – valia ainda o decreto-lei nº 4.792/42, que determinava que 25% do papel-moeda em circulação no país fossem lastreados em ouro ou divisas estrangeiras conversíveis –, o Poder Executivo solicitava ao Poder Legislativo a promulgação de lei de encampação, pela qual se anulavam os débitos existentes nos vários sentidos, o que tornava a emissão puramente fiduciária.

Conforme assinala RANGEL (1986):

*“É para socorrer a caixa do BB que o governo emite, o que quer dizer que a inflação não se gera no nível do orçamento da União, uma vez que tem origem no bojo da economia, por efeito de movimentos autônomos da empresa privada. [...] Noutros termos, a emissão não é o ponto de partida da inflação, mas seu ponto de chegada, isto é, sua culminação.”*²⁴

Em sua premonição, o mesmo autor afirmava que, para o nosso desenvolvimento independente, o centro da luta, que antes era para “a estruturação do parque industrial”, se deslocava, naquela conjuntura, para “a estruturação do mercado interno de valores”. E assinalava:

*“o Brasil entra em um novo estágio, no qual o desenvolvimento não será mais comandado pelo capital industrial, mas pelo capital financeiro, que está surgindo com extraordinário vigor, sob o impulso da oferta de capitais a taxas negativas de juros reais.”*²⁵

A partir de 1952, o decréscimo das divisas de exportação exigiu a mudança da política cambial mais flexível, com a desvalorização do cruzeiro. Em 1953, a SUMOC baixou um sistema de taxas múltiplas através da Instrução 48, e Instrução 70, de fevereiro e outubro de 1953, respectivamente, possibilitando o escoamento da exportação dos produtos gravosos, sem prejuízos na receita cambial obtida com produtos de demanda inelástica em relação ao preço e que estavam obtendo altas cotações no mercado mundial (café, cacau, mas a inclusão do algodão neste grupo suscitou polêmica)...

²⁴ Cf. RANGEL, Ignácio. *A Inflação Brasileira*, p. 9, São Paulo, Bienal, 1986 [original de 1963]) apud Banco do Brasil: 200 anos, op. cit., p. 28.

²⁵ Cf. RANGEL, apud Banco Do Brasil: 200 anos, vol. 2, op. cit., p. 29.

Um traço marcante dessa fase do governo Vargas foi a crescente animosidade contra as empresas estrangeiras, acusadas de remessas exorbitantes de lucros para o exterior. Em 1950, as remessas de lucro totalizaram 83 milhões de dólares, mas em 1951, saltaram para 137 milhões de dólares. Vargas trouxe essa questão a debate público, explorando os sentimentos de nacionalismo econômico. Em 1952, emitiu um decreto que impunha um limite de 10% para remessas de lucro. A SUMOC recebeu poderes para aplicar esse limite, apenas quando o balanço de pagamentos estivesse seriamente pressionado. O decreto, letra-morta durante o governo assumiria, mais tarde, importante papel no questionamento político. O governo impôs limitações à remessa de lucros das empresas estrangeiras com filiais no país. A Instrução 81 da SUMOC, de dezembro de 1953, definiu os critérios para a utilização da taxa de câmbio oficial para a remessa de lucros, e a lei 2.145 de janeiro de 1954, fixou o limite de 10% para sua compra no mercado livre de câmbio.

Esses dados históricos comprovam sobejamente que a SUMOC foi usada como instrumento de regulação de política econômica, desde a sua criação em 1945, começando a participar ativamente no cenário econômico como uma verdadeira agência de gerência de moeda e crédito.

Tal protótipo de banco central à brasileira tinha a sua razão de ser, em face da peculiar natureza de nossa história econômica. Nosso modelo conflitante, gerado na disputa entre um setor agrário-exportador e um setor industrial nascente²⁶, mais do que um conflito entre agricultura e indústria se reportava a um modelo de acumulação de um típico país capitalista periférico. Enquanto se transferiam os excedentes da produção cafeeira para o setor industrial, tínhamos que preservar a rentabilidade da empresa agro-exportadora, porque ela era a única que poderia fornecer os meios de pagamento internacionais necessários à oferta interna de bens de capitais e insumos básicos. O fenômeno é perfeitamente explicado por NOGUEIRA (1988):

“Fundamentalmente, o centro da questão estava nas “regras do jogo” do padrão ouro, que subordinava a oferta de moeda ao fluxo do metal através do balanço internacional de pagamentos. Somente na hipótese de um influxo de ouro – vale dizer, do superávit cambial – admitia-se o aumento do meio circulante, da mesma forma que o déficit do balanço de pagamentos levaria à contração

²⁶ De resto, tal conflito não se apagou e se mantém até a história recente do país...

monetária. As medidas anticíclicas – como a expansão dos meios de pagamento, para compensar o efeito deflacionário do déficit cambial – eram assim inaceitáveis do ponto de vista “metalista” ortodoxo. No caso específico das economias predominantemente exportadoras de produtos primários, como o Brasil, as dificuldades eram magnificadas, em razão da intensidade dos ciclos dos preços internacionais de seus produtos. ”²⁷

Não foi com outra percepção que o ministro da Fazenda de Café Filho (1955), o professor Eugênio Gudin, procurou à sua maneira resolver essa contradição, tentando obter financiamento de capitais externos através de investimentos diretos, que antes eram fornecidos pelo deslocamento de produtos primários da própria economia brasileira ou através de créditos externos recebidos pelo governo, provocando déficits no balanço de pagamentos. Seu claro objetivo, com isso, era reduzir a inflação e os gastos públicos, através da restrição do crédito interno. Apesar do pouco tempo de sua gestão, Gudin colocou em vigor a Instrução 113 da SUMOC, que permitiu à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil – CACEX emitir licenças de importação sem cobertura cambial, o que garantiu que empresas estrangeiras ficassem livres para fazer investimentos diretos na economia brasileira, o que muitos na oposição (e até hoje) interpretaram como o começo da internacionalização da economia nacional. Na verdade, tal instrução heterodoxa foi paradoxalmente implementada por um ortodoxo conservador, como se apresentava o professor Gudin, porque à época não lhe restava também outra alternativa.

Com tal Instrução, teve início o desenvolvimento no país de um setor de bens de consumo durável que prevaleceu sobre a indústria de bens de consumo corrente, mudando o padrão de acumulação capitalista que pôde, então, ser aprofundado pelo governo seguinte, de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Até 1955, os preços do café e do cacau, nossos bens primários de exportação mais importantes, sofreram depreciação de mais de 50% e o próprio crescimento econômico era inferior ao crescimento vegetativo da população. Juscelino estabeleceu um programa de trinta metas, nos campos de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e especialização técnica, exigindo enorme massa de recursos financeiros, principalmente

²⁷ Cf. NOGUEIRA, Raízes de uma Nação, Um Ensaio de História Sócio-Econômica Comparada, p. 446, Rio de Janeiro, Forense Universitária/Santa Úrsula, 1988.

em face do déficit orçamentário, que alcançou, em 1956, quatro vezes o do ano anterior. Nossa dívida, que o Banco Mundial e o Eximbank recusavam-se a refinar, remontou, no quinquênio 1956-1960, a 1 bilhão e 300 milhões de dólares, número fantástico para a época. Elas disseram respeito, porém, a financiamentos do nosso desenvolvimento econômico, devidamente registrados na SUMOC, sem cobertura cambial. Ainda assim, como assinala PRÍNCIPE (2002):

*“... o Sr. Juscelino Kubitschek, que recebera o país com déficits cambiais médios de 215 milhões de dólares anuais no quinquênio 1951/1955, entregou-o ao Sr. Jânio Quadros com esses déficits reduzidos em média a 147 milhões de dólares. Isso sem embargo do acelerado ritmo e do vulto das promoções econômicas do período, e apesar de terem os nossos produtos exportáveis sofrido irreparável queda de preços nos mercados internacionais.”*²⁸

O mesmo autor quantifica em 615 milhões de dólares os déficits cambiais recebidos por Juscelino do governo anterior, a título de empréstimos, que empenharam quase a totalidade de nosso ouro, apesar de nossos produtos primários, como o café e o cacau, valerem o dobro nas bolsas externas, entregando ao governo posterior, sem embargo do programa de metas cumprido, um déficit de 619 milhões de dólares²⁹. Argumentou, também, que não foram as facilidades da Instrução 113 da SUMOC que atraiu os investimentos estrangeiros, mas a ousadia do novo governo desenvolvimentista.³⁰

Alguns economistas, porém, acreditam que a Instrução 113 da SUMOC de 1955 foi um marco na arquitetura do tripé formado pelo capital estatal, nacional e estrangeiro no desenvolvimento nacional, permitindo a importação de bens de capital e investimentos estrangeiros diretos, numa taxa de câmbio preferencial mais baixa, elevando substancialmente a taxa de retorno do investidor estrangeiro. Tais investimentos foram aproveitados nas indústrias de transformação, mecânica e automobilística, empresas presentes em solo brasileiro até os dias atuais.³¹

²⁸ Cf. PRÍNCIPE, Hermógenes. Luz e Trevas nos tempos de Juscelino, p. 184, São Paulo, Realizações Editoriais, 2002.

²⁹ Ibid., op. cit., p. 184.

³⁰ Ibid.

³¹ Cf. CAPUTO, Ana Claudia e MELO, Hildete Pereira de. “A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC, disponível em: http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD232.pdf, acessado em novembro de 2011.

No entanto, os anos 1960 assistiram ao decréscimo de investimentos diretos estrangeiros em virtude da crise política e econômica interna. O clima foi agravado pela desconfiança produzida pelos efeitos da Instrução 204, introduzida em março de 1961 pelo governo Jânio Quadros. A nova regra eliminou o sistema de leilões de câmbio vigente desde a Instrução 70, de outubro de 1953, o que unificou o câmbio, instituindo um mercado livre de importações e exportações sem taxas subsidiadas. Tal fato, somado à desvalorização da moeda e ao recrudescimento da inflação – produziram um quadro de crise que precipitou o país num panorama perigoso, que, a despeito do clima norte-americano, instaurado pelo programa Aliança para o Progresso (1962), evoluiu para um golpe militar, em março de 1964.

O panorama internacional também era bastante incerto, do ponto de vista financeiro e monetário, como assinalou EICHENGREEN (2000):

“Em última instância, a ameaça americana era “chutar o pau da barraca”: desestabilizar os sistemas de comércio e monetário, caso os bancos centrais estrangeiros não dessem apoio ao dólar e os governos estrangeiros não estimulasse as importações de mercadorias dos Estados Unidos. Os governos estrangeiros deram sustentação ao dólar porque ele era o eixo do Sistema de Bretton Woods e porque não havia um consenso em torno de como esse sistema poderia ser reformado ou substituído. ”³²

Curiosa e dialeticamente, tal atmosfera de crise também permitiu que houvesse no país uma reforma bancária e a instituição, finalmente, de um banco central no Brasil, repetindo uma tradição em nossa história: o último país que aboliu a escravidão no mundo também foi o último país no planeta a constituir o seu próprio banco central, idéia acalentada, desde 1940, por Getúlio Vargas.

As nuances dessa luta entre autoridades e forças econômicas em torno da necessidade de formação de um legítimo banco central será estudada no próximo capítulo.

³² Cf. EICHENGREEN, Barry., op. cit., p. 176.

CAPÍTULO 3 – O Brasil antes do BACEN: conflitos de interesses entre as autoridades monetárias brasileiras com a criação da SUMOC

Conta a história³³ que Rui Barbosa, na última década do século XIX, já era favorável à diversificação da atividade econômica e à industrialização, defendendo, portanto a expansão monetária para estimular o mercado de trabalho e a formação de capital. Ele defendia as tarifas altas para a proteção da indústria nascente e o câmbio “baixo” para ampliar a pauta de exportações e encarecer as importações, especificamente dos produtos manufaturados. E como representante da Bahia no Congresso Nacional não ignorava as consequências da política “metalista” sobre as economias periféricas, contrariando os interesses da Grã-Bretanha, naqueles tempos o país mais industrializado do mundo, conseqüentemente a maior defensora do padrão ouro.

As consequências não tardaram, porque os barões do café propuseram um exílio dourado e Rui foi suavemente convidado, mais tarde, a estudar detalhes da Constituição norte-americana e seus conselhos foram abandonados, incluindo aí a velha crise do “encilhamento”, e o país perdeu, então vinte anos de desenvolvimento, enquanto os Estados Unidos já se envolviam na segunda revolução industrial, com a introdução das práticas fordistas de linha de montagem.

Tal história ilustra bem os conflitos entre as oligarquias agrárias e os setores industriais nascentes que nortearam toda a vida da chamada República Velha (1889-1930) e transbordaram por todo o período Vargas (1930-1945) e, porque não dizer, durante o curto período de restauração democrática (1946-1964), cujo desenrolar assistiu aos conflitos de interesses entre o setor agrário exportador e as estruturas industriais que se estabeleciam, à custa de investimentos estrangeiros e a uma derrama de divisas denunciada por brasileiros famosos.

CORAZZA (2005) afirma, com todas as letras, que o espaço entre a criação da SUMOC (1945) e do Banco Central do Brasil – BACEN (1964) corresponde, na verdade, à luta intestina entre classes, representadas pelo Congresso Nacional, o Banco

³³ Cf. NOGUEIRA (1988), op. cit., pp. 456 e segs.

do Brasil, os banqueiros privados, o setor agrário exportador e o setor urbano industrial³⁴, num processo de vinte anos de aperfeiçoamento institucional.

Tal aperfeiçoamento, porém, sujeito às contradições do processo político e às extraordinárias pressões exógenas à economia brasileira, sem contar o que o autor comenta que “... a própria história de atuação da SUMOC foi uma história de conflitos com o Banco do Brasil, pois este, não tendo podido impedir a criação do novo órgão, procurou outras formas de controlar-lhe as ações.”³⁵

O autor esclarece que a gerência de nossa política econômica sempre fora tripartite, gerida pela SUMOC, pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro Nacional, o que lhe dava uma perfumada fragrância de confusão:

“O Banco do Brasil, enquanto banco central e órgão executor da política, operava a Carteira de Redesconto, para crédito seletivo e de liquidez, a Caixa de Mobilização Bancária, como prestador de última instância, e a Carteira de Câmbio e de Comércio Exterior (CACEX). Como agente financeiro do Tesouro, recebia e antecipava receitas e realizava pagamentos, concedendo também empréstimos ao Tesouro. Além disso, o Banco do Brasil fazia a compensação de cheques e era depositário das reservas voluntárias dos bancos comerciais. O Tesouro, por sua vez, era responsável pela emissão e pela amortização de papel-moeda, operações que executava através da sua Caixa de Amortização (CAMOR). O Conselho da SUMOC, na cúpula do sistema, dava a orientação geral da política econômica. A questão problemática desse sistema dizia respeito à emissão do papel-moeda, pois havia dois vazamentos: o primeiro dava-se através das famosas “encampações” periódicas do papel-moeda emitido mediante os artifícios contábeis de emissão e de cancelamento de créditos entre Banco do Brasil, a CARED e o Tesouro. O segundo vazamento da política monetária ocorria através da combinação das outras duas funções do Banco do Brasil: a de ser depositário das reservas bancárias e a de ser banco comercial. O limite imposto à criação de moeda bancária, através da exigência de reservas aos demais bancos comerciais, era anulado justamente porque essas reservas aumentavam o potencial de criação monetária do Banco do Brasil.”

³⁴ Cf. O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional, disponível em: <http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/48.pdf>, acessado em novembro de 2011.

³⁵ Ibid.

Não é necessário atestar que tal modelo de gestão, sendo oriundo de diversas necessidades de acomodação política, trazia dificuldades imensas para o desejado aperfeiçoamento institucional da máquina do Estado. Nesse sentido, identifica RIBEIRO (1981):

“... na prática, a Sumoc ficou como mero órgão de fiscalização, de inspetoria e de estudos econômicos, ou um pouco mais do que isto, encarregada da autorização de cartas patentes de bancos e instituições financeiras. Não era mais do que isto. Os depósitos compulsórios, que deviam ir para uma caixa especial da Sumoc, jamais o foram. Do ponto de vista financeiro, a Sumoc virou uma espécie de apêndice do Banco do Brasil. O depósito compulsório lá ficava, e os voluntários, esses estão até hoje no Banco do Brasil. E houve, me parece, uma resistência muito grande do próprio funcionalismo do Banco do Brasil em não deixar a Sumoc se desenvolver. Muitos foram para lá e deram uma contribuição brilhante, excelente, em várias especialidades. A orientação geral, nunca escrita, nunca posta no papel, foi no sentido de que a Sumoc não devia dar o pulo para o Banco Central. Isto era um erro histórico, e o argumento era: “O Banco do Brasil lá está e pode ser um banco central misto; então, para que desenvolver a Sumoc?”³⁶

KUPERMAN (2008) identifica em Eugênio Gudín e Roberto Campos os arautos ideológicos dessa hegemonia de classe, encastelados na superestrutura do Estado, formulando as idéias mais avançadas do neoliberalismo da época e acomodando interesses da agro exportação e dos setores industriais.³⁷

O processo de “substituição de importações”, de início formulado para fortalecer a indústria nacional nascente, beneficiou-se da Instrução 70, que tencionava manter a estabilidade financeira e conter o irracionalismo das taxas múltiplas de câmbio. Na verdade, segundo a autora, para os “liberais” era o próprio processo de substituição de importações que contribuía para a instabilidade financeira e o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Eles preconizavam mudanças de rumo no câmbio, valorização da

³⁶ Cf. RIBEIRO, Casimiro Antônio. *Casimiro Ribeiro I (depoimento, 1975/1979)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1981. 121 p. dat.

³⁷ Cf. KUPERMAN, Esther. *“Da SUMOC ao Banco Central: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil”*, p. 76, Tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

moeda nacional e eliminação de impostos, via confisco cambial. Tais medidas ficariam a cargo do Banco do Brasil, através, conforme afirma KUPERMAN, “*de um de seus departamentos, a SUMOC, o que configuraria o controle do Banco sobre a Superintendência*”, determinando a direção e o processo da reforma cambial.³⁸

Com essas idéias concorda CORAZZA (2005), afirmando que a crise de 1953, exacerbada pela Guerra da Coréia, gerou no plano interno muitas preocupações quanto à necessidade de aceleração do desenvolvimento, citando, inclusive, a célebre frase de Oswaldo Aranha de que “a industrialização era devoradora de divisas”. Nesse contexto, a Instrução 70 da SUMOC, de outubro de 1953, criava as taxas múltiplas de câmbio e os leilões de câmbio para substituir o controle direto de importações, vigente desde a crise de 1947. E arremata:

*“A Instrução 70 propunha um tratamento diferenciado para importações e exportações e as primeiras eram classificadas em cinco categorias definidas de acordo com a essencialidade dos bens para o funcionamento do sistema produtivo. Esta política cambial fazia uma conciliação entre a proteção do setor industrial e o reforço das finanças do Estado para garantir o investimento na infra-estrutura. No entanto, o agravamento da situação externa, a escassez de energia elétrica no Sudeste e as greves operárias amplificam a crise política e culminam com o suicídio do Presidente Vargas em 1954. O trágico desfecho consolida o projeto desenvolvimentista e a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais de 1955.”*³⁹

Já a Instrução 113, de janeiro de 1955, conforme KUPERMAN (2008), concebida na SUMOC pelos intelectuais neoliberais por ela apontados, significaria uma prova da tentativa de desnacionalização da economia brasileira, vez que proporcionou investimentos de ordem de US\$ 401 milhões de um total de US\$ 565 milhões no período entre 1955 e 1960, assinalando: “isto demonstra o significado da Instrução 113 para a internacionalização da economia brasileira.”⁴⁰

Finalmente, para CORAZZA, o fato prosaico de que a SUMOC funcionava simplesmente nas dependências do Banco do Brasil representava por si só a tentativa

³⁸ Ibid., p. 191.

³⁹ Cf. CORAZZA (2005), op. cit.

⁴⁰ Cf. KUPERMAN (2008), p. 195.

dos executivos do Banco em controlá-la ou, de certa forma, diminuir o impacto de suas funções estatuídas no governo Dutra, cujos estatutos previam para um futuro não muito distante a formação de um verdadeiro banco central, que só surgiu, a custo de enorme crise, vinte anos depois...⁴¹

Ainda conforme CORAZZA (2005), a Instrução 113 da SUMOC é considerada como o mais importante marco institucional que orientou a economia brasileira para a sua internacionalização, acenando para o capital estrangeiro um ambiente amigável e favorável à sua entrada no país. Citando Saretta⁴² *“a historiografia econômica brasileira é unânime em reconhecer o favorecimento que a Instrução 113 significou para o capital estrangeiro”*.

Novamente, os aspectos contraditórios da história brasileira afloram de modo pitoresco: a criação de um banco central brasileiro parece uma manobra neoliberal extremada, justamente patrocinada por um regime de exceção, militar, ditatorial e dirigista. Dessa forma, a burguesia e seus intelectuais detiveram um ciclo democrático, tentando fixar um ideário de abertura da economia para o exterior, a custo de um regime fechado e cerceador da liberdade dos brasileiros.

⁴¹ Cf. CORAZZA (2005), *ibid*.

⁴² SARETTA, Fausto. A Política Econômica no Período 1954/1955: Algumas Notas. Em: V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003, Caxambu, ANAIS do V Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu: ABPHE, 2003. v. 1. p. 1-12. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_61.pdf> Acesso em: 10 nov. , apud. CORAZZA (2005), *ibid*.

CAPÍTULO 4 – O golpe de 1964, a criação do Banco Central e a Reforma bancária de 1967

O sistema bancário brasileiro funcionava, em 1941, através de 1.637 matrizes e filiais, assim discriminadas: bancos nacionais – 156 sedes, 310 agências e 623 filiais; bancos estrangeiros – 22 filiais e 34 agências; Banco do Brasil – uma agência central, 92 agências e 118 subagências; casas bancárias – 235 sedes, 45 filiais e uma agência. O crescimento do número de instalações bancárias, no entanto, não correspondia às reais necessidades do país, resultavam de depósitos especiais de fundos de entidades da administração indireta, como a Caixa Econômica e os institutos de previdência, que concediam esses favores sob pretexto de alcançar juros mais altos como depositantes.

O Banco do Brasil não era considerado um banco especializado, pois, além de fazer todos os tipos de operações inerentes à atividade bancária, como o crédito comercial, industrial e agrícola, realizava a compra do ouro e atendia, com assistência creditícia, o Tesouro Nacional, os estados da federação, os municípios, o Departamento do Café. Funcionava, ainda, como emissor, através de sua Carteira de Redescontos, que conferia elasticidade ao meio circulante. Regia, também, o câmbio.

Na verdade, o Tesouro Nacional era não só o maior cliente do Banco do Brasil, mas um cliente privilegiado. Mais de dois terços de todas as suas aplicações eram absorvidas pelas entidades públicas. Houve até quem afirmasse que o Banco do Brasil já havia se transformado em Banco Central, característica que se acentuou com a criação da Carteira de Exportação e Importação, em 1941. Sua ação como organismo de apoio ao desenvolvimento já era tamanha que, em sete anos, se duplicaram os saldos totais dos seus empréstimos para o crescimento dos meios de produção.⁴³

Os banqueiros privados reclamavam com frequência da concorrência do Banco do Brasil e de que os tetos fixados no orçamento monetário para ele eram, eventualmente, mais elevados que aqueles previstos para a expansão de crédito dos demais bancos. De acordo com FURUGUEM (1977):

⁴³ Cf. História do Banco do Brasil, op. cit., pp. 158-159.

*“É bom lembrar, a propósito, que sendo os empréstimos do Banco do Brasil o principal canal de injeção de liquidez na economia, da sua expansão depende, em geral, a própria possibilidade de crescimento das operações dos demais bancos. Além disso, o crescimento maior do Banco do Brasil se dá geralmente na área rural, onde a atuação da rede privada é menos intensa.”*⁴⁴

É creditada ao governo de Getúlio Vargas orientação freqüentemente favorável ao Banco do Brasil, ao qual poupou restrições, seja da prematura instalação de um banco central, seja da criação de bancos especializados de crédito à atividade rural e o comércio exterior. Desse modo, o crédito rural e o crédito destinado ao comércio exterior ficaram inseridos na estrutura já bem solidificada, desenvolvida e altamente lucrativa do Banco do Brasil.⁴⁵

Antes da criação do BCB, as funções típicas de autoridade monetária, a partir de 1945, eram desempenhadas conjuntamente pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), pelo Banco do Brasil (BB) e pelo Tesouro Nacional. O Tesouro Nacional era o órgão emissor de papel-moeda. Já a Sumoc foi criada com a finalidade de exercer o controle monetário e preparar a organização de um banco central, tendo a responsabilidade de fixar os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, as taxas do redesconto e da assistência financeira de liquidez, e os juros sobre depósitos bancários. Além disso, supervisionava a atuação dos bancos comerciais, orientava a política cambial e representava o País junto a organismos internacionais.⁴⁶

O BB, por sua vez, desempenhava as funções de banqueiro do governo e banco dos bancos, mediante o controle das operações de comércio exterior, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais e a execução de operações de câmbio em nome de empresas públicas e do Tesouro Nacional, de acordo com as normas estabelecidas pela Sumoc e pelo Banco de Crédito Agrícola, Comercial e

⁴⁴ Cf. FURUGUEM, Alberto S. Aspectos da política monetária no Brasil. in CARNEIRO, Dionísio (coord.). Brasil: Dilemas de Política Econômica. Rio de Janeiro, Campus, 1977. p. 93, apud História do Banco do Brasil, p. 35.

⁴⁵ Cf. História do Banco do Brasil, op. cit., p. 167.

⁴⁶ Cf. “Funções do Banco Central”, in Banco Central do Brasil, Diretoria de Política Econômica, atualizado em novembro de 2009, disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ11-Fun%C3%A7%C3%B5es%20do%20Banco%20Central%20do%20Brasil.pdf>, acessado em dezembro de 2011.

Industrial. Até 1986, foi mantida a conta movimento, criada em 1965, que garantia a transferência de recursos do BCB ao BB.⁴⁷

Conforme comenta Maílson da Nóbrega, os bancos centrais assumem em qualquer lugar um “duplo mandato”, qual seja o de controlar a inflação e promover o desenvolvimento econômico, embora de forma indireta, através de decisões eminentemente técnicas:

*“Qualquer banco central mira a inflação e o desenvolvimento. Esse duplo objetivo integra sua missão mundo afora, com ou sem lei específica. Preserva-se, todavia, a centralidade da inflação no exercício de sua função, que é promover a estabilidade de preços e do sistema financeiro, pré-requisitos essenciais do desenvolvimento sustentado.”*⁴⁸

Na verdade, desde a promulgação da Lei 4.595, buscou-se dotar o Banco Central brasileiro do papel de “banco dos bancos”, exercendo o monopólio de emissão, nos termos do artigo 164 da Constituição, habilitando-o a emitir papel-moeda, moeda metálica e os serviços do meio circulante. A execução das políticas do Sistema Financeiro Nacional (SFN), executando as políticas monetária e cambial. No entanto, a lei não definiu limites claros de separação entre as três entidades fundamentais do sistema: o Banco Central, o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional, o que dificultava a atuação do BCB na condução da política monetária, cabendo-lhe inclusive a responsabilidade por contas do orçamento fiscal, como as relativas à dívida pública. Em 1965, passou a funcionar a conta movimento do BB, que registrava as operações realizadas na condição de agente financeiro do BCB. Essa conta passou gradativamente a ser utilizada como fonte de suprimento automático do BB, viabilizando, assim, a realização da política de crédito oficial e outras operações do Governo Federal, sem o prévio provisionamento de recursos.⁴⁹

Segundo PAULA (2011), comentando o aparato legal acionado neste período histórico:

“Quanto às alterações no aparato institucional-legal do setor, destaca-se inicialmente a reforma bancária de 1965, no bojo das reformas financeiras

⁴⁷ Ibid., p. 8.

⁴⁸ Cf. Maílson da Nóbrega, artigo citado.

⁴⁹ Cf. “Funções do Banco Central”, op.cit.

realizadas no período 1964/66, que objetivavam estimular a poupança privada em um ambiente inflacionário, no contexto de uma política gradualista de combate à inflação, e, ao mesmo tempo, criar mecanismos de financiamento não-inflacionário para o déficit do governo. A reforma bancária de 1965 instituiu um sistema inspirado no modelo norte-americano, baseado no princípio de especialização e segmentação do mercado financeiro. Esta segmentação foi instituída através da especialização das funções das instituições financeiras e da vinculação da captação com a aplicação de recursos (as reformas financeiras deste período tiveram como base legal os seguintes documentos: (i) Lei 4.595, de 31/12/64, instituindo a reforma bancária; (ii) Lei 4.380, de 21/8/64, criando o Sistema Financeiro da Habitação (SFH); (iii) Lei 4.728, de 14/7/65, estabelecendo a reforma do mercado de capitais).”⁵⁰

O mesmo autor assinala que, como consequência direta das reformas de 1965, houve redução do número de bancos privados, de um número de 312, em 1964, para 81, em 1974. Nos anos posteriores, até 1988, graças à política de fusões e incorporações praticada, houve decréscimo de instituições, mas aumento de agências por todo o país⁵¹.

Implantava-se uma política específica do regime militar, com características determinadas de abertura da economia ao plano internacional:

“Os diferentes objetivos perseguidos pela reforma – ampliar a mobilização de poupança financeira, diversificar os mecanismos de financiamento, reduzir a taxa de juros, etc. – seriam alcançados pela atuação agressiva (e eficiente) de outras instituições financeiras, enquanto os bancos comerciais permaneceriam restritos a seu tradicional campo de atividade, buscando ajustar-se a um novo ambiente de maior concorrência e menor inflação. Daí originou-se o desenho de um sistema especializado, dotado de uma variedade de instituições com funções específicas – inspirado no modelo americano (pós-1933), por oposição ao modelo europeu de banco misto, i.e., que acumula diversas funções financeiras.

⁵⁰ Cf. PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. “Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil”, disponível em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/tamanho_dimensao_e_concentracao.pdf, acessado em dezembro de 2011.

⁵¹ Ibid., pp. 19 e 20.

*Segundo Dênio Nogueira, ex-presidente do Banco Central de abril/1965 a março/1967, a opção pela especialização já tinha se tornado dominante em 1958, quando foi regulamentado o funcionamento das sociedades de crédito, financiamento e investimento (as financeiras), voltadas para o crédito de médio prazo, ao invés de estender aos bancos comerciais essa função.”*⁵²

Embora as reformas financeiras de 1964/66 tenham concebido um sistema financeiro segmentado e especializado, na prática o sistema financeiro brasileiro conglomerou-se e concentrou-se fortemente nos anos 70, estimulado pelos incentivos fiscais e outros benefícios financeiros concedidos pelo governo durante o “milagre”, que tinha o objetivo explícito de diminuir o número de instituições financeiras existentes, tornando-as mais capitalizadas. (...) Assim, de 1964 a 1976 houve 15 fusões e 205 casos de aquisição de controle, na maioria entre os bancos privados nacionais, o que fez com que caísse o número de bancos privados de 287 em 1966 para 79 em 1976, pouco crescendo a partir daí.⁵³

A reforma tecnocrática de 1967 marcaria uma tentativa do regime em fortalecer as instituições financeiras através de fusões e incorporações, no sentido de potencializá-las para posterior adesão e incorporação a empresas nacionais, transformando-as em gigantes competitivas. As compras de controle acionário das casas bancárias, de fato, reduziram os bancos comerciais privados de 188, em 1968, para apenas 72, em 1974. Conforme MACARIN (2007), *“excluindo do cálculo o conjunto de bancos oficiais, o índice de concentração é muito maior: em 1977 os cinco maiores bancos privados respondiam por 44% dos depósitos totais.”*⁵⁴

De acordo com o mesmo autor:

“O diagnóstico oficial relativo ao setor bancário enfatizava a sua elevada ineficiência operacional, em grande medida fruto da desordenada e excessiva proliferação de agências durante o longo período de inflação alta pré-1964. (O número total de agências cresceu de 1.565 em 1945 para 4.996 em 1959 e 7.005 em 1964.) (...) Essa orientação restritiva prosseguiria, adquirindo um caráter

⁵² Cf. MACARIN, José Pedro, “A política bancária do regime militar: O Projeto de Conglomerado (1967-1973)”, p. 4, texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 124, jan. 2007.

⁵³ Cf. PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. “Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil”, pp. 23 e 24.

⁵⁴ Cf. MACARIN (2007), op. cit., p. 8.

*absoluto a partir de 1970: sucessivas resoluções do Banco Central (141, de 23 de março de 1970, 200, de 20 de dezembro de 1971 e 266, de 15 de outubro de 1973) suspenderam a autorização de abertura de novas agências (exceto em casos específicos, tais como as transferências inter-regiões e as áreas pioneiras). É evidente que, dado o caráter nacional dos grandes bancos, exigindo a ampliação da rede de agências para viabilizar o crescimento, essas medidas induziram aqueles bancos com estratégias mais agressivas a se engajarem no movimento de absorção de bancos menores.”*⁵⁵

O grupo de intelectuais que criou e dirigiu a SUMOC ao longo dos anos (1945-1964) finalmente teve a oportunidade de testar o seu ideário neoliberal a todo vapor, com a instalação do governo militar, a partir de abril de 1964. Houve intenção deliberada de modernizar as instituições bancárias, aumentar a oferta de recursos, melhorar a qualidade dos serviços prestados, desenvolver uma tecnologia nacional específica para o setor, promover a economia de escala e, finalmente, acelerar as operações de financiamento da gigantesca dívida pública através do “open market”.⁵⁶

No período 1965-1971, o mercado enfatizava o desejo de reestudo da escala de operações dos bancos comerciais, dada a redução das taxas de inflação, porque as instituições não conseguiam manter os índices de captação de depósitos em níveis satisfatórios para as suas operações, apresentando altos custos operacionais que, por sua vez, eram repassados, através das altas taxas de juros vigentes, aos seus clientes.⁵⁷

O governo militar, através de sua tecnocracia instalada, esperava, com essas medidas, que pudesse aumentar ao mesmo tempo os recursos para o financiamento do setor privado e para a cobertura do déficit público federal. Além disso, as operações através dos grandes bancos permitiriam melhor negociação com instituições de crédito internacional para acesso a recursos externos e posterior repasse ao mercado nacional⁵⁸. O aumento da dívida pública passou a ser uma obsessão

⁵⁵ Ibid., pp. 9 e 10.

⁵⁶ ALMEIDA, Sérgio Roberto Porto de. “A Concentração de Capital nos Bancos Comerciais Brasileiros: 1964-1981”, dissertação de mestrado, p. 139, São Paulo, Universidade Católica de São Paulo, 1983.

⁵⁷ Ibid., op. cit., p. 129.

⁵⁸ Ibid., p. 141.

governamental e precisava ser instrumentalizada através dos meios bancários. Conforme CORAZZA (2005):

“A dívida pública tornou-se, dessa forma, um dos pilares de nosso sistema financeiro, muito mais importante que a base monetária. Mais que isso, a rolagem dos títulos públicos, através da zeragem automática funciona como uma verdadeira janela de desconto para o sistema financeiro, permanentemente aberta para atender a suas necessidades diárias de liquidez, a um custo praticamente nulo. Finalmente, através desse mecanismo, o BACEN exerce diariamente seu verdadeiro papel de prestador de última instância a todo o sistema financeiro, como se fosse uma verdadeira roda da fortuna. Criados para controlar o dinheiro, os bancos centrais têm seu comportamento e seu destino ligados às contradições, ao movimento e ao fetiche de seu objeto.”⁵⁹

Com a criação do Banco Central, a 31 de dezembro de 1964, verificou-se grande expansão do sistema bancário brasileiro, processada através do aumento do número de agências, muito embora fosse percebida uma queda contínua no número de matrizes. Objetivando deter tal aumento, as autoridades tomaram medidas no sentido de prevenir a concentração das agências nos grandes centros, desconcentrando-as para o interior e limitando o número absoluto das agências para não patrocinar uma concorrência nociva.

O processo inflacionário, todavia, estimulou uma competição desenfreada entre os bancos existentes, com expansão das agências dos bancos maiores e falência dos bancos menores, por não suportarem as pressões de captação excessiva de recursos e de prestação de serviços, que aumentavam os seus custos operacionais. Assim, os pequenos bancos começaram a ser absorvidos pelos maiores, fazendo os custos operacionais se elevarem ainda mais, exigindo maior reciprocidade dos clientes nas taxas de aplicação e na busca de maior rentabilidade.⁶⁰

As sociedades de crédito e financiamento surgiram em 1960 para estimular investimentos de médio e longo prazos, lançando letras de câmbio no mercado de seis meses a dois anos e oferecendo juros compatíveis com a erosão inflacionária.

⁵⁹ Cf. CORAZZA (2005), op. cit.

⁶⁰ Ibid., op. cit., pp. 75-80.

Este foi, em última análise, um dos elementos causadores do golpe militar de 1964, porque continuava um mercado ineficiente de empréstimos, a inexistência de um mercado ativo de títulos da dívida pública, fazendo a população a troca de moeda e haveres tangíveis sem precisar dos bancos, a ponto de se verificar, ainda em 1960, que o total de haveres não-bancários em poder do público remontava a 93% dos recursos que circulavam livremente na economia.⁶¹

As necessidades de modernização e crescimento do país, bem como a expansão do setor produtivo recomendavam uma reformulação estrutural do sistema financeiro, com a criação de novos instrumentos de mobilização das instituições especializadas no movimento de vários tipos de crédito. Nesse sentido, após 1964, procurou-se empreender uma reforma geral do sistema monetário e creditício e, em 1965, a reforma financeira viria a estabelecer novas bases para viabilizar o mercado. A necessidade de manutenção das taxas de juros positivas conduziu à criação de “correção monetária” para os títulos da dívida pública.⁶²

A reforma bancária, através das leis nº 4.595/64 e 4.728/65, que criou o Banco Central do Brasil – BACEN e extinguiu a SUMOC, também produziu a diferenciação legal entre bancos comerciais e de investimentos, separando os objetivos das organizações de acordo com prazos e tipos de financiamento.

Assim, até 1988, as instituições financeiras no Brasil estavam divididas em três grupos, a saber:

- Instituições financeiras monetárias;
- Instituições financeiras não monetárias e
- Instituições auxiliares do Sistema Financeiro.⁶³

Em 1988, através da Resolução nº 1524 do BACEN, o Conselho Monetário Nacional deliberou sobre a existência dos bancos múltiplos, permitindo aos bancos comerciais, de investimentos e de desenvolvimento (fomento), sociedades financeiras e de crédito imobiliário adotarem a estrutura de uma única instituição financeira com

⁶¹ Ibid., pp. 80-82.

⁶² Ibid., pp. 82-83.

⁶³ Cf. PANZIERI FILHO, Adonário. “Universal Banks como intervenientes em Transações de Fusões e Aquisições no Brasil. Um Estudo Exploratório”, Dissertação de Mestrado, p. 16, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

personalidade jurídica própria, embora os conglomerados privados já atuassem na prática com a estrutura similar de bancos múltiplos e os demais bancos mantivessem a separação entre os setores comerciais de investimentos em suas organizações.⁶⁴

Além das instituições oficiais, Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (depois “e Social” e Banco Nacional de Habilitação, as demais instituições foram divididas em bancos de investimentos, bancos comerciais, cooperativas de crédito, bancos de desenvolvimento, sociedades corretoras, de financiamento e investimento e investidores institucionais (fundos mútuos, sociedades seguradoras e entidades de previdência privada e crédito imobiliário).⁶⁵

O perigo de “risco sistêmico”, com comprometimento da estabilidade do sistema monetário e financeiro em seu conjunto, foi o argumento favorito dos sucessivos governos militares para estimular o avanço de políticas de concentração bancária. As políticas de governo, exercidas entre 1965 e 1977, através do BACEN, podem ser resumidas em três pontos, a saber:

- Política de transferência de agências para as agências pioneiras;
- Política de alteração de capital-mínimo e
- Política de suspensão de novas cartas-patentes para agências bancárias.

Tais medidas, concertadas, incentivaram a expansão dos bancos, via fusões ou incorporações, o que levou, por via de consequência, a que grandes bancos apresentassem crescimento substancial em suas agências⁶⁶. No período entre 1970 e 1975, houve um aumento no país de 461 agências bancárias, enquanto ocorriam, ao mesmo tempo, 75 fusões e incorporações de bancos comerciais.⁶⁷

Entre 1975 e 1980, verificou-se uma estabilização no número de estabelecimentos bancários, com apenas cinco bancos incorporados e três deles cujas cartas-patentes foram negociadas para outros grupos não-bancários, de acordo com a

⁶⁴ Ibid., op. cit., p. 43.

⁶⁵ Cf. CORRÊA, Vanessa Petrelli, *Concentração e Lucratividade dos Bancos*, pp. 84-85, Brasília, Universidade de Brasília – UNB, 1985.

⁶⁶ Cf. CORRÊA, op. cit., pp. 101-102.

⁶⁷ Ibid., p. 114.

autorização da lei nº 6.024/74, que regulamentou as intervenções destinadas à recuperação, visando ao “saneamento das instituições financeiras”.⁶⁸

Quanto aos argumentos das oposições, então com vozes ainda tímidas e incipientes, começavam pela condenação por motivos políticos das iniciativas conservadoras das autoridades econômicas dos governos militares (1964-1985), em que a principal crítica era a de que a concentração bancária só viria a favorecer os grupos multinacionais que não cessavam de crescer, na medida em que apenas “inchava” o parque industrial interno, boa parte dele constituído por filiais de empresas estrangeiras.

A expansão industrial interna, porém, não pôde ser obtida mediante a expansão das empresas estatais, que somente atingiram o seu ápice de desenvolvimento durante o governo Geisel (1973-1978), praticamente desmontada pelas danosas conseqüências dos choques de petróleo (1973 e 1979), bem como pelo abrupto aumento dos juros internacionais a partir de 1982, que também levaram o país a uma crise cambial e de dívida externa durante o mandato do general Figueiredo (1982-1983).

Nesse sentido, as reformas bancárias surgidas a partir de 1964 foram realizadas tendo em vista a compatibilidade do setor financeiro aos cenários sucessivos de combate à inflação e conquista de novas fatias de mercado.

⁶⁸ Ibid.

CONCLUSÃO – O Banco Central do Brasil e a nova ordem econômica internacional

Consideramos equivocada, inclusive para os limitados objetivos desta monografia, a afirmação de KUPERMAN (2008) de que o Banco Central brasileiro sempre foi independente de fato⁶⁹, porque desvela uma percepção de que o encaminhamento da transformação da SUMOC (1945) em BACEN (1964) decorreu de um acordo sub-reptício no seio das classes dominantes, que, na verdade, não escondiam suas indisfarçáveis diferenças formais em todas as fases de nossa História. Aliás, o que vemos, em verdade, é uma atenuação progressiva da idéia radical de “autonomia e independência” do Banco Central, porque, a partir dos anos 1980, a instituição sempre operou em sintonia fina com o Ministério da Fazenda.

Como bem ressalta BASTIAN (2004):

*“Um ponto importante é a necessidade do banco central possuir accountability, a partir da idéia que “em uma sociedade democrática, a liberdade de agir do banco central implica em uma obrigação de explicar-se perante a população”. Nesse contexto, defende-se a adoção de independência de instrumentos, mas não a independência de metas: caso o banco central fosse independente para escolher as suas metas, não seria possível o controle por parte da sociedade. A independência de instrumentos permite apenas que a autoridade monetária tenha liberdade para escolher a melhor estratégia para atingir as metas estabelecidas por um governo democraticamente eleito.”*⁷⁰ (p. 61)

A SUMOC foi perdendo importância gradativa durante o período Goulart (1961-1963), dando ensejo à idéia de um Banco Central, quando a ruptura do regime ensejou a idéia de que se facilitasse a criação e consecução de um programa de estabilização econômica, elaborado por Otávio Gouvêa de Bulhões, Roberto Campos e Dênio Nogueira, este último sendo nomeado o primeiro presidente do Banco, a partir do início de 1965, tendo imediatamente participado de missões de renegociação da dívida externa brasileira junto ao FMI e ao Eximbank. Ele também ajudou a estabelecer novos parâmetros para os mercados de capitais, disciplinando o mercado mobiliário, bem

⁶⁹ Op. cit., p. 243.

⁷⁰ Ibid., op. cit., p. 61.

como auxiliou na confecção do Plano de Estabilização Monetária, naquela época uma prioridade das autoridades militares que empolgaram o poder.⁷¹

KUPERMAN (2008) considera, por sua vez, que os mesmos atores sociais, que se moviam através dos cânones do neoliberalismo, ocuparam a sociedade política com grande competência a partir de 1964, identificando como o ponto culminante da hegemonia dessas classes a transformação da Superintendência em Banco Central, no que tange à política cambial e aos juros, o que foi repetido no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) com o PROER, bem como com a manutenção das altas taxas de juros no governo que o sucedeu...⁷²

Por seu turno, Maílson da Nóbrega percebe maior flexibilidade no papel definido do Banco Central, assinalando:

*“Os bancos centrais agem atentos a um “balanço de riscos”. De modo geral, se há risco para a inflação, a taxa de juros sobe. Se o risco for para o crescimento, assegurada a estabilidade, a taxa de juros cai. Se por algum motivo a inflação sobe demais, a preocupação com o crescimento econômico justifica um tempo maior – geralmente dois anos – para trazê-la de volta à meta, suavizando-se os respectivos efeitos sobre a atividade econômica.”*⁷³

BASTIAN (2004) assinala inclusive que o velho debate sobre independência ou não dos bancos centrais ficou eclipsado, a partir dos anos 1990, por temas mais importantes para o funcionamento da economia mundial:

“A discussão sobre metas de inflação surgiu nos anos 1990, um pouco depois das primeiras propostas de tornar os bancos centrais independentes. Na verdade, as metas de inflação surgiram para preencher uma lacuna do debate sobre independência do banco central: a questão de fixar uma âncora nominal que orientasse a autoridade monetária na busca pela estabilidade de preços. Antes da década de 1990, utilizaram-se variáveis intermediárias para essa função, de maneira que a estabilidade de preços era obtida indiretamente. As metas de inflação consistiram, portanto, em uma forma de obter esse objetivo diretamente. Dessa forma, as metas de inflação surgiram na literatura (e como

⁷¹ Ibid., p. 233.

⁷² Ibid., pp. 236-237.

⁷³ Ibid., artigo citado.

*instrumento de política) como produto do debate sobre independência dos bancos centrais e como alternativa após o fracasso do uso das metas intermediárias (metas monetárias, por exemplo).”*⁷⁴

Nesse contexto, CORAZZA (2005) aborda a independência do Banco Central como polêmica, não só entre atores sociais e autoridades, mas como uma discussão legítima sobre o estatuto final da entidade que, para ele, perdura até a atualidade, arrematando:

*“O objetivo inicial dos criadores do BACEN era separar a autoridade monetária não apenas do Tesouro, mas principalmente do Banco do Brasil, pois ali se misturavam não só os interesses monetários e fiscais do governo, mas também os interesses da classe rural, da indústria e dos banqueiros privados. O rico depoimento de Nogueira (1994) deixa claro por que todos esses interesses, aninhados no Banco do Brasil, eram contra a criação do Banco Central. O sentido original da independência da autoridade monetária, então, dizia respeito não só ao Governo, mas a todos aqueles interesses que se valiam do uso fácil da emissão para financiar seus negócios. Já em 1931, o Relatório da Missão Niemeyer apontava que a expansão dos meios de pagamento não decorria só dos déficits fiscais, mas era provocada, também, pelo descontrole do crédito, através da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil.”*⁷⁵

A característica inicial da “independência” do Banco Central seria balizada pelo mandato fixo de cinco anos, com a possibilidade de chegar a seis anos, a fim de extravasar o do presidente da República de então. Esses objetivos, no entanto, não foram alcançados, até porque o Banco do Brasil continuou exercendo funções que seriam precípuas do Banco Central. Nesse sentido, a luta pela separação definitiva entre Banco do Brasil, Tesouro Nacional e Banco Central acirrou-se em 1985, correspondendo ao fim do regime discricionário, para se ultimar na Constituição de 1988, cujo texto consagrou alguns elementos definidores da independência do BACEN em relação ao governo, tais como a proibição de financiar o Tesouro e ter seus diretores indicados pelo presidente da República, mas tendo que ser sabatinados e aprovados pelo Senado da República. Conforme CORAZZA (2005), “para que o BACEN fosse

⁷⁴ Cf. BASTIAN (2004), op. cit. P. 58.

⁷⁵ Cf. CORAZZA, Gentil, O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional, p. 11.

*formalmente independente, faltaria apenas garantir a seus diretores mandatos fixos e a garantia de seu presidente não ser demitido durante seu mandato. Isso, na verdade, já está proposto em vários projetos de reforma do Sistema Financeiro Nacional.”*⁷⁶

A coordenação macroeconômica brasileira ficou muito prejudicada nos anos 1980, também chamados “década perdida”, em que alguns autores consideraram as condições peculiares da economia brasileira como impeditivas de uma gestão monetária independente, porque haveria o perigo de submissão completa a interesses privados e privatização de patrimônio⁷⁷, embora para CORAZZA (2005) não seja esse um fator decisivo para excluir a idéia de independência do BACEN:

*“Na verdade, nem um BACEN independente, nem um BACEN subordinado, por si mesmos, estão imunes aos interesses privados, como verificamos ao longo da própria luta histórica pela criação do próprio BACEN. Por outro lado, o argumento de que a independência do BACEN aumentaria a “descoordenação das políticas macroeconômicas” não se comprova através da experiência internacional, como já observamos anteriormente e o atestam os próprios autores...”*⁷⁸

Também não seria adequado para o autor o argumento de falta de representatividade política para a instituição, porque aí atuam diversos fatores, tais como o estatuto legal, a delegação legislativa e o posicionamento junto à opinião pública. Numa sociedade democrática, o estado de direito é determinado pela lei, o que impede quaisquer temores de que uma instituição extravase as atribuições a ela conferidas pela sociedade.⁷⁹

O autor, na verdade, propõe uma solução formal, em que se tornassem mais transparentes as relações entre o BACEN, o Tesouro e o sistema financeiro, onde a confusão de funções com o Banco do Brasil não mais resultassem na mistura dos sistemas monetário e fiscal. “Nesse sentido” – afirma Corazza – “a definição de um estatuto que garanta uma maior autonomia ao BACEN não deveria supor a solução

⁷⁶ Ibid., p. 12.

⁷⁷ Cf. Ferreira da Silva, apud. CORAZZA, op. cit., p. 13.

⁷⁸ Cf. Ferreira e Freitas, 1990, pp. 743-744, apud. CORAZZA, op. cit., ibid.

⁷⁹ Cf. CORAZZA (2005), p. 14.

*prévia do problema fiscal nem tampouco a reforma do sistema financeiro, mas, sim, fazer parte do mesmo processo de reordenamento fiscal e financeiro.”*⁸⁰

Enquanto isso, no plano internacional, a queda do muro de Berlim (1989) e a extinção da União Soviética (1992) determinaram a inauguração de um movimento denominado “*globalização*”, que foi ironicamente interpretado pelo filósofo Alain Touraine: “*o que chamamos hoje de globalização era chamado há cerca de um século atrás, de imperialismo.*”⁸¹

Ocorre que os Estados Unidos, pela primeira vez, desde Bretton Woods, poderiam impor a sua ideologia neoliberal livre dos obstáculos terríveis da Guerra Fria que acabava de se extinguir. Desencadearam-se forças que acabariam por constituir uma economia verdadeiramente global e não mais uma soma de economias nacionais articuladas (como em Bretton Woods), num processo vivido em velocidade vertiginosa, baseado na informação e no conhecimento, e pondo em xeque a natureza dos Estados nacionais. A internacionalização da produção e dos mercados financeiros e a liberalização do comércio diminuíram sobremaneira a capacidade dos Estados em controlarem, por meio de políticas macroeconômicas, as próprias economias.

Não afetando apenas as economias, mas a sociedade civil mundial como um todo, a globalização provocou um risco sistêmico com efeito-dominó sobre o mercado, motivado por quebras de bancos e instituições financeiras que, em última análise – e sem perspectiva de exagero – culminaram na enorme crise que afetou o sistema capitalista em outubro de 2008!

Voltando ao Brasil, em 1994, o governo Collor (1989-1992), hipnotizado pelos ventos da globalização e do recente Consenso de Washington, pretendeu ampla reforma do Estado, mediante ambicioso programa de estabilização, com enxugamento radical dos meios de pagamento, confisco da moeda em poder do público e redução de ministérios, órgãos e entidades estatais. Todavia, o amadorismo na implantação da reforma administrativa e o desmonte irresponsável da máquina pública deixaram paralisadas várias áreas da administração e não permitiu ao Estado maior eficiência na assistência à cidadania.

⁸⁰ Ibid., p. 17.

⁸¹ Cf. Alain Touraine, “*Riscos do pensamento único*”, Folha de São Paulo, 18/02/1996, pp. 5-7. Segundo Touraine: “... a globalização da economia significa a impossibilidade de as empresas e os governos seguirem outra lógica que não a do mercado mundial.”, *ibid.*

A histórica e permanente confusão entre o público e o privado chegou ao paroxismo durante o governo Collor. Como os recursos dos agentes privados foram congelados por dezoito meses, montou-se em paralelo ao Estado uma sofisticada máquina de corrupção para vender as facilidades na liberação de recursos, obras e contratos. As elites prejudicadas pela centralização das decisões e pelo autoritarismo do governo, unidas aos “lobbies” costumeiramente interagentes dentro do Poder Legislativo, uniram-se a empreiteiras e cartéis no desmonte do governo e no movimento de “impeachment” do presidente (1992). O empresariado irritou-se demais com Collor porque foi obrigado a repatriar dólares para pagar dívidas e financiar capitais de giro, formando-se um estoque de reservas cambiais jamais alcançadas, desde os tempos do governo Castello Branco (1964-1967).

Os anos 1990, até aquela altura, revelavam uma entidade estatal paquidérmica, extremamente grande e difícil de operar, enquanto cercada de interesses privados: enquanto pública, ou seja, voltada para a satisfação dos interesses da sociedade, a máquina do Estado era pequena e disforme, desmoralizada pela falta de recursos e aplicando no setor social apenas 9% do Produto Nacional Bruto.⁸²

Na verdade, um Estado “privado” retalhado por interesses clientelistas, quando privatiza, não se torna como por encanto um Estado “público”. O Estado privado, desde 1500, realizou seus planos e produziu seus frutos: corrupção, fome, altíssima concentração de rendas, com os 10% mais ricos controlando mais de 50% da renda nacional, num claro processo de diferenciação excludente. Nesse sentido, a certa altura, o então deputado Roberto Campos assinalou que “a grande corrupção é o Estado grande, funil de todos os privilégios e abusos, e o cidadão individual, desarmado diante de um gigantesco processo mafioso.”⁸³

Nesse contexto, lembra CRETELLA JR. (1993) que, no antigo Estado liberal puro, bem ao estilo do espírito de Bretton Woods, a intervenção governamental sempre foi considerada nefasta, prevalecendo aquela máxima radical: “*no campo econômico, todo o mal que o Estado faz, faz bem; todo o bem que o Estado faz, faz mal...*”⁸⁴

⁸² Cf. Wanderley Guilherme dos Santos, “*Querem mutilar a democracia*”, entrevista ao Jornal do Brasil, 9/1/1994, p. 13.

⁸³ Cf. Roberto Campos, “*A burrice coletiva*”, in Jornal do Brasil, 30/11/1993, p. 11.

⁸⁴ Cf. CRETELLA JR., J. *Comentários à Constituição de 1988*, Volume VIII, arts. 170 a 232, p. 3949, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.

Nessa atmosfera de globalização, com sua fase de aprofundamento, denominada internacionalização da economia, em que autores do porte de EICHENGREEN (2000) referem-se explicitamente à falência do sistema de Bretton Woods⁸⁵ e a adoção do câmbio flutuante, que modificou sobremaneira a estrutura de gestão das economias, forjou um tipo híbrido de administração da própria estrutura dos bancos centrais, que passaram a intercambiar ajustes de políticas monetária com os interesses de políticas fiscais dos respectivos governos. É o próprio CORAZZA (2005) – cuja moderação na análise concordamos – é quem conclui:

“Embora cada Banco Central tenha sua própria história institucional, uma história estilizada da gênese e evolução dos bancos centrais mostra que eles não foram criados pelo Estado nem resultaram apenas das leis do mercado, mas constituem produto da interação entre a evolução do sistema de pagamentos e a ação pública estatal. A história do Banco Central do Brasil constitui um caso específico desse processo mais geral. Esse fato implica que os bancos centrais carregam a contradição e a racionalidade de serem, ao mesmo tempo, partes constitutivas e órgãos semi-autônomos tanto em relação ao governo como em relação ao sistema financeiro. Sua existência e sua posição estratégica de mediação representam a solução institucional de um conflito entre o Estado e os bancos privados pelo controle do poder monetário de emissão. Como resultado desse conflito, o poder monetário acabou ficando partilhado entre os organismos que formam o tripé em que se apóia o sistema monetário moderno – o governo, os bancos centrais e os bancos privados –, e o conjunto das relações formais entre eles forma a institucionalidade que permite a gestão da moeda e do crédito numa economia capitalista. Por isso, eles não são simples órgãos governamentais, mas instituições singulares, complexas, ambivalentes, semipúblicas e semiprivadas, inseridas na estrutura estatal e parte constitutiva do sistema privado de crédito. Essa posição de interdependência, entre o Governo e o sistema financeiro, que exclui tanto a completa subordinação quanto a total independência, é de fundamental importância para o desempenho de suas funções reguladoras da moeda, do crédito e do sistema financeiro.”

⁸⁵ “O fim do sistema internacional de Bretton Woods em 1973 foi um divisor de águas” – afirma Eichengreen, p. 183, op. cit.

O arranjo institucional, formulado após a reforma de 1964, compatibilizou interesses potencialmente conflituosos entre o setor público e o setor privado, na área de créditos seletivos, canais de repasses de outros tipos de transferências de fundos do BNDES, BNH e BCB-BB para as demais instituições financeiras. Os bancos privados tinham a oportunidade de ganhar lucrativo spread (diferencial entre juros dos ativos e dos passivos) nos repasses efetuados, sem correr os riscos de endividamento em termos reais junto ao público. Já o Banco do Brasil apresentou, nesse período, queda de importância relativa tanto em nível institucional, com a criação do Banco Central do Brasil, quanto em nível das organizações bancárias, com a queda de sua participação no total dos depósitos e no de empréstimos bancários. Tal queda, até 1979, deveu-se à segmentação e diversificação do sistema financeiro após as reformas dos anos 60. Com a manutenção de seu status de autoridade monetária, o BB ficou impedido de operar nos mercados não-monetários. Mas mesmo assim, continuou a ser a maior instituição bancária nacional.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ALMEIDA, Sérgio Roberto Porto de. “A Concentração de Capital nos Bancos Comerciais Brasileiros: 1964-1981”, dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade Católica de São Paulo, 1983.

Banco do Brasil: 200 anos – 1964-2008. / Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil. – Livro 2. -- Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2010.

BASTIAN, Eduardo Figueiredo. *Bancos Centrais: Teoria e História*, Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004.

BELLUZO, Luiz Gonzaga e COUTINHO, Renata (org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise* (2 volumes), São Paulo, Brasiliense, 1984.

CAPUTO, Ana Claudia e MELO, Hildete Pereira de. “A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC”, disponível em: http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD232.pdf, acessado em novembro de 2011.

CARNEIRO, Dionísio Dias; *40 Anos de Luta pela Estabilização: Reflexões Sobre o Papel do Banco Central do Brasil; apresentação elaborada pela PUC-RIO e IEPE-CdG; Rio de Janeiro; mar. 2005; p.26.*
http://www.bcb.gov.br/pre/Sobre/ingl/seminario/.%5Cpdf%5Capresentacao_professor_dionisio.pdf

_____; *O Banco Central do Brasil; Evolução Histórica e Institucional*; artigo publicado na Revista *Perspectiva Econômica*; vol.2, n° 1; jan/jun. 2006; p.1-23.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. “Bretton Woods aos 60 anos”, in *Novos Estudos*, CEBRAP, Edição 70, novembro de 2004.

COIMBRA, João Jaimes. *Banco Central do Brasil: uma discussão sobre sua autonomia*. Monografia EBAP/FGV, 1993.

CORAZZA, Gentil. *O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional*, disponível em: <http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/48.pdf>, acessado em novembro de 2011.

CORRÊA, Vanessa Petrelli, *Concentração e Lucratividade dos Bancos*”, Brasília, Universidade de Brasília – UNB, 1985.

CRETELLA JR., J. *Comentários à Constituição de 1988, Volume VIII, arts. 170 a 232*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital, Uma História do Sistema Monetário Internacional*, São Paulo, Editora 34, 2000.

FRANCO, Gustavo H. B.; *SUMOC Surge Como Embrião do Banco Central*; Artigo publicado na PUC - RIO; Rio de Janeiro; (s.d); p.2. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/Noventa%20anos%20de%20economia.pdf>

FREITAS, Maria Cristina Penido de; *A Evolução dos Bancos Centrais e a Racionalidade da Regulamentação Bancária*; Artigo Publicado no site da Sociedade Brasileira de Economia Política; (s.d); p.18. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/vcongresso18>.

FONSECA, Herculano. "Sumoc: transição para um banco central". *Revista Economia Brasileira*, 1, n.1, 1955.

"Funções do Banco Central", in *Banco Central do Brasil, Diretoria de Política Econômica*, atualizado em novembro de 2009, disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ11-Fun%C3%A7%C3%B5es%20do%20Banco%20Central%20do%20Brasil.pdf>,

Acessado em dezembro de 2011.

FURUGUEM, Alberto S. *Aspectos da política monetária no Brasil*. in CARNEIRO, Dionísio (coord.). *Brasil: Dilemas de Política Econômica*. Rio de Janeiro, Campus, 1977.

GOODHART, Charles Albert. *The central bank and the financial system*. Cambridge, MIT Press, 1995.

GOMES, Luiz Souza. *Dicionário Econômico e Financeiro*, 7ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

GOUVÊA, Gilda. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil autografado*, São Paulo, Paulicéia, 1994.

História do Banco do Brasil, Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, pp. 14 e 15, 2. ed. rev. -- Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2010.

LAGO, P. A. D. do. 1982. *A SUMOC como embrião do Banco Central: sua influência na coordenação da política econômica*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado em Economia, Departamento de Economia da PUC. http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_BARREIROS_Daniel_de_Pinho-S.pdf.

KUPERMAN, Esther. “Da SUMOC ao Banco Central: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil”, p. 71, Tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

MACARIN, José Pedro, “A política bancária do regime militar: O Projeto de Conglomerado (1967-1973)”, texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 124, jan. 2007.

MOFFIT, Michael. *O Dinheiro no Mundo – de Bretton Woods à beira da insolvência*, 1984.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg *A questão da independência do banco central: reflexões teóricas para a formulação da política econômica*. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 7(2): 333-358, jul./dez. 2003.

NOGUEIRA, Raízes de uma Nação, *Um Ensaio de História Sócio-Econômica Comparada*, Rio de Janeiro, Forense Universitária/Santa Úrsula, 1988.

NOVELLI, José Marcos. *Instituições, Política e Idéias Econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)*.

OLIVEIRA, Fábio Villares de. *O Banco do Brasil no ciclo recente: 1964-1979*. SP, Dissertação de Mestrado pelo IEUNICAMP, 1985, apud. *Banco do Brasil: 200 anos – 1964-2008*.

PANZIERI FILHO, Adonório. “Universal Banks como intervenientes em Transações de Fusões e Aquisições no Brasil. Um Estudo Exploratório”, *Dissertação de Mestrado*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

PRÍNCIPE, Hermógenes. *Luz e Trevas nos tempos de Juscelino*, p. 184, São Paulo, Realizações Editoriais, 2002.

RANGEL, Ignácio. *A Inflação Brasileira*, p. 9, São Paulo, Bienal, 1986 [original de 1963]).

RIBEIRO, Casimiro Antonio. *Casimiro Ribeiro II (depoimento, 1989)*. Rio de Janeiro, CPDOC. BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1990. 97 p. dat.

SARETTA, Fausto. *A Política Econômica no Período 1954/1955: Algumas Notas*. Em: *V Congresso Brasileiro de História Econômica*, 2003, Caxambu, ANAIS do V Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu: ABPHE, 2003. v. 1. p. 1-12. Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_61.pdf.